



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **CONSULTA - 0001030-41.2016.2.00.0000**

Requerente: **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

EMENTA.

1. O Magistrado, afastado de seu exercício funcional, por decisão passada em processo administrativo disciplinar, pode continuar a receber, atendidos os pressupostos de fato e de direito aplicáveis, as vantagens previstas nos incisos III, VIII e IX do artigo 65 da LC 35/1979.
2. O Magistrado, afastado de seu exercício funcional, por decisão passada em processo administrativo disciplinar, não pode continuar a receber as vantagens previstas nos incisos II, IV, V, VI, VII e X do artigo 65 da LC 35/1979.
3. O Magistrado, afastado de seu exercício funcional, por decisão passada em processo administrativo disciplinar, pode receber a vantagem nominada ajuda de custo para despesas de transporte e mudança (LC 35/1979, artigo 65, inciso I), desde que, em momento anterior à decisão de afastamento, estejam atendidos os pressupostos de fato e de direito inerentes à aludida vantagem.

ACÓRDÃO

Após o voto da Conselheira Candice L. Galvão Jobim (vistora), que acompanhava o Relator, com ressalva de fundamentação, o Conselho, por maioria, respondeu a consulta, nos termos do voto do Relator. Vencidos, parcialmente, os Conselheiros Mário Guerreiro, Emmanoel Pereira, Rubens Canuto, Tânia Regina Silva Reckziegel, Flávia Pessoa e Maria Tereza Uille Gomes, que votavam no sentido de ser possível também o pagamento de auxílio-moradia ao magistrado afastado preventivamente em razão da instauração de processo administrativo disciplinar. Presidiu o julgamento o Ministro Dias Toffoli. Plenário Virtual, 19 de junho de 2020. Votaram os Excelentíssimos Conselheiros Dias Toffoli, Humberto Martins, Emmanoel Pereira, Luiz Fernando Tomasi Keppen, Rubens Canuto, Tânia Regina Silva Reckziegel, Mário Guerreiro, Candice L. Galvão Jobim, Flávia Pessoa, Maria Cristiana Ziouva, Ivana Farina Navarrete Pena, Marcos Vinícius Jardim Rodrigues, André Godinho, Maria Tereza Uille Gomes e Henrique Ávila.



Conselho Nacional de JustiçaAutos: **CONSULTA - 0001030-41.2016.2.00.0000**Requerente: **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ****RELATÓRIO**

Trata-se de Consulta, formulada pela Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (AMEPE), acerca das vantagens, previstas no artigo 65 da LOMAN, que podem continuar a ser pagas ou que devem ser suprimidas, a partir do afastamento de Magistrado determinado em Processo Administrativo Disciplinar.

Na peça vestibular (Id 1900787), a consulente:

I) sustenta tese pela qual vantagem (retribuição pecuniária) não deve ser confundida com prerrogativa;

II) informa que o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do MS 28.503, assentou entendimento pelo qual as vantagens a que se refere o artigo 27, §3º da LOMAN tem sentido pecuniário e não se confundem com as prerrogativas inerentes ao cargo; e

III) cita trecho de manifestação, que informa ser de autoria da Procuradoria Geral da República, qual seja: *“A suspensão de prerrogativas tais como o “uso de carro oficial, de Gabinete, motorista, nomeação, manutenção ou designação de servidores para cargos de confiança ou funções comissionadas é consequência natural do exercício do cargo, porque a ele inerentes, não se confundindo com as “vantagens” de natureza patrimonial que o §3º do artigo 27 da Lei 35/79 buscou resguardar”.*

A consulta propriamente dita foi apresentada sob os seguintes termos: “Em virtude do exposto e do entendimento da Corte Suprema, indaga-se a este egrégio Conselho Nacional de Justiça se é legal a supressão das vantagens elencadas no artigo 65 da LOMAN quando do afastamento de Magistrado decorrente de decisão adotada em Processo Disciplinar (PAD), indagando-se ainda se as vantagens delineadas no mesmo dispositivo podem ser consideradas como decorrentes das prerrogativas do cargo”.

É o relatório.

Brasília, data registrada pelo Sistema.

Conselheiro André Godinho

Relator



Conselho Nacional de Justiça

Autos: **CONSULTA - 0001030-41.2016.2.00.0000**

Requerente: **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Requerido: **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ**

VOTO

Trata-se de Consulta, formulada pela Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (AMEPE), acerca das vantagens, previstas no artigo 65 da LOMAN, que podem continuar a ser pagas ou que devem ser suprimidas, a partir do afastamento de Magistrado determinado em Processo Administrativo Disciplinar.

O §3º do artigo 27 da Lei Complementar n. 35/1979 (LOMAN) prevê que o Tribunal, ou o seu órgão especial, na sessão em que ordenar a instauração do Processo Administrativo Disciplinar), bem como ao longo do curso do PAD, poderá afastar o Magistrado do exercício das suas funções, sem prejuízo dos vencimentos e das vantagens (artigo 65), até a decisão final.

A discussão posta nestes autos refere-se especialmente às vantagens previstas no artigo 65 da LOMAN, transcrito a seguir:

“(…)

Art. 65 – Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

I – ajuda de custo, para despesas de transporte e mudança;

II – ajuda de custo, para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do Magistrado;

III – salário-família;

IV – diárias;

V – representação;

VI – gratificação pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral;

VII – gratificação pela prestação de serviço à Justiça do Trabalho, nas Comarcas onde não forem instituídas Juntas de Conciliação e Julgamento;

VIII – gratificação adicional de cinco por cento por quinquênio de serviço, até o máximo de sete;

IX – gratificação de magistério, por aula proferida em curso oficial de preparação para Magistratura ou em Escola Oficial de Aperfeiçoamento de Magistrados (art. 78, § 1º, e 87, §1º), exceto quando receba remuneração específica para esta atividade;

X – gratificação pelo efetivo exercício em Comarca de difícil provimento, assim definida e indicada em lei.

§1º - A verba de representação, salvo quando concedida em razão do exercício de cargo em função temporária, integra os vencimentos para todos os efeitos legais.

§2º - É vedada a concessão de adicionais ou vantagens pecuniárias não previstas na presente Lei, bem como em bases e limites superiores aos nela fixados.

(...)”

Pois bem. Com abstração acerca do previsto no §4º do artigo 39 da Constituição Federal (que estabelece, para Magistrados e para outras Autoridades, remuneração exclusivamente por subsídios), tem-se a existência, entre as vantagens previstas no transcrito artigo 65, daquelas pagas, após satisfeitas as condições a que estejam associadas, independentemente do exercício funcional, quais sejam: a)

salário-família (inciso III); b) gratificação adicional de cinco por cento por quinquênio de serviço (inciso VIII); e c) gratificação de magistério (inciso IX)

As demais vantagens, quais sejam: a) ajuda de custo para despesas de transporte e mudança (inciso I); b) ajuda de custo para moradia (inciso II); c) diárias (inciso IV), d) representação (inciso eV), e) gratificação pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral (inciso VI), e à Justiça do Trabalho (inciso VII); e f) gratificação pelo efetivo exercício em comarca de difícil provimento (inciso X) – são aquelas que devem ser pagas também após a satisfação das condições a que estejam associadas, mas simultaneamente, ao exercício funcional. Não podem, portanto, ser pagas quanto o Magistrado, em cumprimento a decisões proferidas em Processo Administrativo Disciplinar, estiver afastado do exercício de funções inerentes ao cargo.

A divisão apresentada nas passagens anteriores, pode suscitar alguma dúvida no que tange às vantagens nominadas ajuda de custo para despesas de transporte e mudança (LC 35/1979, artigo 65, inciso I) e ajuda de custo para moradia (LC 35/1979, artigo 65, II).

O atuar administrativo contempla inúmeras possibilidades e, dentre estas, aquela na qual o afastamento preventivo de Magistrado ocorra em momento posterior àquele no qual esteja consolidado o fato gerador da vantagem prevista no inciso I do artigo 65 da LC 35/1979. Nesta hipótese, o Magistrado, mesmo afastado, faz jus à percepção da verba que lhe indenize as despesas de transporte e mudança.

A seu turno, a vantagem prevista no inciso II do artigo 65 da LC 35/1979 (auxílio-moradia) - verba de caráter indenizatório (Resolução CNJ n. 274/2018, artigo 2º) - destina-se ao ressarcimento das despesas nas quais, mês a mês, incorra o Magistrado, no interesse ou em virtude do exercício de suas atribuições, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição. Trata-se, portanto, de vantagem inerente ao exercício da função e que, deve ser paga, salvo exceções previstas na legislação (férias, licenças etc.), em homenagem ao Princípio da Moralidade Administrativa, tão-somente enquanto a função esteja sendo exercida.

A regulamentação do pagamento da vantagem nominada ajuda de custo para moradia (ou auxílio moradia), proposta pela Presidência desta Corte Administrativa, foi aprovada, por unanimidade, pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, nos autos do processo 0010558-31.2018.2.00.0000, em 18/12/2018, com a edição da Resolução CNJ n. 274/2018, lastreada nas decisões proferidas pelo

Supremo Tribunal na Ação Cível Originária n. 2511 e nas Ações Originárias 1773, 1446, e 1975.

O artigo 2º da citada norma regulamentar estabelece que o pagamento de ajuda de custo para moradia (ou auxílio-moradia) aos Magistrados, fica condicionado ao atendimento cumulativo das seguintes condições:

I – não exista imóvel funcional disponível para uso pelo magistrado;

II – o cônjuge ou companheiro, ou qualquer pessoa que resida com o magistrado, não ocupe imóvel funcional nem receba ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia;

III – o magistrado ou seu cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel na comarca onde for exercer o cargo, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção, nos doze meses que antecederam a sua mudança de comarca ou juízo;

IV – o magistrado deve encontrar-se no exercício de suas atribuições em localidade diversa de sua comarca ou juízo original;

V – a indenização será destinada exclusivamente ao ressarcimento de despesas comprovadamente realizadas com aluguel de moradia ou hospedagem administrada por empresa hoteleira, sendo vedada a sua utilização para o custeio de despesas com condomínio, telefone, alimentação, impostos e taxas de serviço.

VI – natureza temporária, caracterizada pelo desempenho de ação específica.

O §1º da Resolução CNJ n. 274/2018, a seu turno, prevê que, além das condições estabelecidas pelo *caput* do artigo 2º, o pagamento de ajuda de custo para moradia (ou auxílio-moradia) a Magistrados designados para atuar junto ao Conselho Nacional de Justiça, aos Tribunais Superiores, aos Tribunais Regionais e aos Tribunais Estaduais está condicionado ao não recebimento de benefício de mesma natureza no seu Órgão de Origem.

Salta aos olhos a percepção de que, sob o viés remuneratório, a cumulação de requisitos determinada pelo artigo 2º da Resolução CNJ n. 274/2018, é impeditiva do pagamento da vantagem nominada ajuda de custo para moradia (ou auxílio-

moradia) ao Magistrado, afastado de seu exercício funcional, por decisão proferida em Processo Administrativo Disciplinar.

A mesma percepção, diga-se de passagem, evidencia-se com luminosidade solar da simples leitura do quanto disposto no §2 do artigo 15 da Resolução CNJ n. 135, de 15/07/2011, no que estabelece, em desfavor do Magistrado afastado por decisão proferida em Procedimento Administrativo Disciplinar, o impedimento: a) de usar o local de trabalho; b) de usufruir de veículo oficial e de outras prerrogativas inerentes ao exercício da função.

Solução diversa significaria afrontar os mais basilares princípios da administração pública, em especial o da *moralidade administrativa*, bem definido por **Celso Antônio Bandeira de Melo**, em seu clássico *Curso de Direito Administrativo*, 26ª edição, páginas 119 e 120, *in verbis*: “...a Administração e seus agentes têm de atuar na conformidade de princípios éticos. Violá-los implicará violação ao próprio Direito, configurando ilicitude que assujeita a conduta viciada a invalidação (...)”.

Em conclusão, nas hipóteses em que o magistrado se encontrar afastado do exercício da jurisdição e de funções institucionais, independentemente da percepção de subsídio — inclusive resultante da aplicação de penalidades disciplinares — o requisito da efetiva atividade jurisdicional, pressuposto para a percepção da verba de natureza indenizatória que propicia compensação pelo exercício da função em localidade desprovida de residência oficial, não se faz presente.

Sob as considerações expendidas nas passagens anteriores, conheço da consulta e proponho, em resposta, as seguintes teses:

1) O Magistrado, afastado de seu exercício funcional por decisão passada em processo administrativo disciplinar, pode continuar a receber, atendidos os pressupostos de fato e de direito aplicáveis, as vantagens previstas nos incisos III (salário família), VIII (gratificação adicional de cinco por cento por quinquênio de serviço); e IX (gratificação de magistério) do artigo 65 da Lei Complementar n. 35/1979;

2) O Magistrado, afastado de seu exercício funcional, por decisão passada em processo administrativo disciplinar, não pode continuar a receber as vantagens previstas nos incisos II (ajuda de custo para moradia), IV (diárias), V (representação), VI (gratificação pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral), VII (gratificação pela prestação de serviço à Justiça do Trabalho) e X (gratificação pelo efetivo exercício em comarca de difícil provimento); e

3) O Magistrado, afastado de seu exercício funcional, por decisão passada em processo administrativo disciplinar, pode receber a vantagem nominada ajuda de custo para despesas de transporte e mudança (LC 35/1979, artigo 65, inciso I), desde que, em momento anterior à decisão de afastamento, estejam atendidos os pressupostos de fato e de direito inerentes à aludida vantagem.

É como voto.

Brasília, DF, data registrada pelo Sistema.

Conselheiro André Godinho

Relator

VOTO-VISTA PARCIALMENTE DIVERGENTE

CONSULTA. PAGAMENTO DE AUXÍLIO-MORADIA A MAGISTRADO AFASTADO PREVENTIVAMENTE EM RAZÃO DA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. POSSIBILIDADE. ARTIGO 27, § 3º, DA LOMAN. DECISÃO DE AFASTAMENTO PRECÁRIA. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. PRECEDENTES.

Trata-se de consulta sobre o pagamento das vantagens previstas no art. 65 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN) a magistrados afastados preventivamente em virtude de decisão de instauração de processo administrativo disciplinar (PAD).

O relator responde a consulta no sentido de que o juiz afastado de seu exercício funcional por decisão em PAD: a) pode continuar a receber, atendidos os pressupostos de fato e de direito aplicáveis, as vantagens previstas nos incisos III[1], VIII[2] e IX[3], do artigo 65 da LOMAN; b) não pode continuar a receber as vantagens previstas nos incisos II[4], IV[5], V[6], VI[7], VII[8] e X[9], do artigo 65 da LOMAN; c) pode receber a vantagem nominada “ajuda de custo para despesas de transporte e mudança” (art. 65, I, da LOMAN), desde que, em momento anterior à decisão de afastamento, estejam atendidos os pressupostos de fato e de direito inerentes à aludida verba.

É o breve relato.

Divirjo do relator tão somente no ponto referente ao não pagamento de auxílio-moradia ao magistrado afastado cautelarmente em razão da abertura de PAD, uma vez que tal entendimento, para além de afrontar dispositivo legal (art. 27, § 3º, da LOMAN[10]), distancia-se da jurisprudência iterativa deste Conselho, que admite a concessão do benefício (grifei):

“PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. RECOMENDAÇÃO CN 31/2018. PROVIMENTO CN 64/2017. MAGISTRADA AFASTADA CAUTELARMENTE. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. VERBAS DEVIDAS. PRECEDENTES.

1. Pedido de Providências formulado em que se requer autorização para pagamento retroativo de ajuda de custo para moradia e auxílio-alimentação a magistrada que foi afastada cautelarmente em função de processo administrativo disciplinar.
2. O Tribunal reconheceu pela via administrativa o direito de a magistrada receber ajuda de custo para moradia e auxílio-alimentação relativos ao período em que ficara afastada cautelarmente por decisão proferida em processo administrativo disciplinar.
3. O entendimento firmado neste Conselho é no sentido de deferir ao magistrado afastado em razão de processo administrativo disciplinar a manutenção dos vencimentos e vantagens do cargo, dentre as quais estão a ajuda de custo para moradia e o auxílio-alimentação. Inteligência do artigo 27, §3º da LOMAN.
4. A supressão da ajuda de custo para moradia e do auxílio-alimentação do magistrado com fundamento em decisão precária e revogável a qualquer tempo não encontra arrimo na legislação de regência e configura antecipação da pena, o que, por certo, não é admissível.
5. Pedido julgado procedente.”

(Pedido de Providências 0002071-38.2019.2.00.0000, Rel. Fernando Mattos, 51ª Sessão, julgado em 30/08/2019)

“PAGAMENTO DE AUXÍLIO MORADIA E ALIMENTAÇÃO A MAGISTRADO AFASTADO CAUTELARMENTE EM DECORRÊNCIA DE INSTAURAÇÃO DE PAD. POSSIBILIDADE.

1. **O artigo 27, § 3º, da LOMAN veda a suspensão do pagamento de vencimentos e vantagens nas hipóteses em que o magistrado seja afastado do exercício das suas funções em razão da instauração de processo administrativo disciplinar, até que seja proferida a decisão final.** A mesma regra pode ser extraída da Resolução CNJ n. 199/2014 e do Regimento Interno do TJ/PA.

2. A decisão sobre o afastamento cautelar do magistrado é medida preventiva, precária, revogável a qualquer tempo. Decotar os auxílios das verbas recebidas pelo magistrado afastado, sem respaldo legal e sem a comprovação da responsabilidade disciplinar, configura inegável antecipação da culpa e da própria pena, hipótese inadmitida no sistema jurídico pátrio.

3. Entendimento em sentido contrário atenta contra os princípios da presunção de inocência, da legalidade estrita e do devido processo legal.

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO QUE SE JULGA PROCEDENTE.”

(Procedimento de Controle Administrativo 0001180-22.2016.2.00.0000, Rel. Lelio Bentes Corrêa, julgado em 5ª Sessão, em 09/09/2016)

No mesmo sentido: Recurso Administrativo no Pedido de Providências 0002745-55.2015.2.00.0000, Rel. Henrique de Almeida Ávila, 50ª Sessão, julgado em 16/08/2019; Recurso Administrativo no Procedimento de Controle Administrativo 0004583-33.2015.2.00.0000, Rel. Aloysio Corrêa da Veiga, 39ª Sessão, julgado em 16/11/2018.

Além disso, constata-se que a edição de novo ato normativo que discipline a matéria (Resolução CNJ 274/2019), por si só, não tem o condão de negar aplicabilidade ao princípio constitucional da presunção de inocência, tampouco de derogar a LOMAN.

Ante o exposto, **DIVIRJO PARCIALMENTE** do relator para votar no sentido de ser possível também o pagamento de auxílio-moradia ao magistrado afastado preventivamente em razão da instauração de processo administrativo disciplinar.

É como voto.

Conselheiro MÁRIO GUERREIRO

-
- [1] Salário-família.
- [2] Gratificação adicional de cinco por cento por quinquênio de serviço, até o máximo de sete.
- [3] Gratificação de magistério, por aula proferida em curso oficial de preparação para a Magistratura ou em Escola Oficial de Aperfeiçoamento de Magistrados (arts. 78, § 1º, e 87, § 1º), exceto quando receba remuneração específica para esta atividade.
- [4] Ajuda de custo, para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do Magistrado.
- [5] Diárias.
- [6] Representação.
- [7] Gratificação pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral.
- [8] Gratificação pela prestação de serviço à Justiça do Trabalho, nas Comarcas onde não forem instituídas Juntas de Conciliação e Julgamento.
- [9] Gratificação pelo efetivo exercício em comarca de difícil provimento, assim definida e indicada em lei.
- [10] O Tribunal ou o seu órgão especial, na sessão em que ordenar a instauração do processo, como no curso dele, poderá afastar o magistrado do exercício das suas funções, **sem prejuízo dos vencimentos e das vantagens, até a decisão final.** (grifei)

VOTO CONVERGENTE

Adoto o relatório do Eminentíssimo Conselheiro ANDRÉ GODINHO lançado no procedimento em análise.

Nesta Consulta, a ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO formulou questionamentos acerca das vantagens previstas no art. 6º da LOMAN que devem ser pagas ao magistrado cautelarmente afastado em processo administrativo disciplinar.

Em seu voto, o Ilustre Relator propôs as seguintes teses:

- 1) O Magistrado, afastado de seu exercício funcional por decisão passada em processo administrativo disciplinar, pode continuar a receber, atendidos os pressupostos de fato e de direito aplicáveis, as vantagens previstas nos incisos III (salário família), VIII (gratificação adicional de cinco por cento por quinquênio

de serviço); e IX (gratificação de magistério) do artigo 65 da Lei Complementar n. 35/1979;

2) O Magistrado, afastado de seu exercício funcional, por decisão passada em processo administrativo disciplinar, não pode continuar a receber as vantagens previstas nos incisos II (ajuda de custo para moradia), IV (diárias), V (representação), VI (gratificação pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral), VII (gratificação pela prestação de serviço à Justiça do Trabalho) e X (gratificação pelo efetivo exercício em comarca de difícil provimento); e

3) O Magistrado, afastado de seu exercício funcional, por decisão passada em processo administrativo disciplinar, pode receber a vantagem nominada ajuda de custo para despesas de transporte e mudança (LC 35/1979, artigo 65, inciso I), desde que, em momento anterior à decisão de afastamento, estejam atendidos os pressupostos de fato e de direito inerentes à aludida vantagem.

Pedi vista para melhor examinar as questões suscitadas nos presentes autos e, ao final, peço vênica à divergência para acompanhar o Eminentc Relator, no entanto, adoto fundamentação diversa para justificar a impossibilidade de pagamento da ajuda de custo para moradia ao magistrado afastado cautelarmente em processo administrativo disciplinar.

A jurisprudência construída no âmbito deste Conselho que consolidou o entendimento no sentido de ser possível o pagamento da ajuda de custo para moradia ao magistrado afastado cautelarmente ocorreu na vigência da Resolução CNJ 199, de 7 de outubro de 2014.

À época dos precedentes deste Conselho, foi registrado que a ajuda de custo para moradia era verba que integrava a remuneração dos magistrados e, por isso, não poderia ser suprimida em função da decisão proferida no âmbito do processo administrativo disciplinar.

De fato, à luz da Resolução CNJ 199/2014, a concessão da ajuda de custo para moradia era regra geral. O pagamento do benefício somente era obstado em quatro hipóteses, quais sejam:

- a) existência de residência oficial à disposição;
- b) ao magistrado inativo;
- c) ao magistrado licenciado;
- d) quando o magistrado percebia ou residia com quem recebesse vantagem da mesma natureza, salvo se o cônjuge ou companheiro mantivesse residência em outra localidade;

Todavia, com o advento da Resolução CNJ 274, de 18 de dezembro de 2018, a concessão da vantagem passou a exigir a satisfação **cumulativa** dos requisitos elencados no art. 2º do normativo:

Art. 2º O pagamento de ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia aos magistrados fica condicionado ao atendimento cumulativo das seguintes condições:

- I – não exista imóvel funcional disponível para uso pelo magistrado;
- II – o cônjuge ou companheiro, ou qualquer pessoa que resida com o magistrado, não ocupe imóvel funcional nem receba ajuda de custo para moradia ou auxílio-

moradia;

III – o magistrado ou seu cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel na comarca onde for exercer o cargo, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção, nos doze meses que antecederam a sua mudança de comarca ou juízo;

IV – o magistrado deve encontrar-se no exercício de suas atribuições em localidade diversa de sua comarca ou juízo original;

V – a indenização será destinada exclusivamente ao ressarcimento de despesas comprovadamente realizadas com aluguel de moradia ou hospedagem administrada por empresa hoteleira, sendo vedada a sua utilização para o custeio de despesas com condomínio, telefone, alimentação, impostos e taxas de serviço.

VI – natureza temporária, caracterizada pelo desempenho de ação específica.

Como se vê, a Resolução CNJ 274/2018 representou uma mudança de paradigma acerca da ajuda de custo para moradia. A concessão do benefício passou a ser uma exceção e, principalmente, exige o exercício da atividade judicante em localidade diversa da comarca ou juízo original, além do desempenho de ação específica.

A meu sentir, os requisitos exigidos pela Resolução 274/2018 para concessão da ajuda de custo para moradia não se compatibilizam com a situação funcional do magistrado que está afastado cautelarmente, uma vez que a norma condiciona o pagamento da verba ao deslocamento do magistrado de sua lotação original e o desempenho de ação específica de natureza temporária (incisos IV e VI do art. 2º).

Ora, com a decisão de afastamento proferida em processo administrativo disciplinar, invariavelmente, as citadas condições deixarão de ser cumpridas, porquanto o magistrado retornará para sua sede e o desempenho da ação específica cessará.

Nesse contexto, entendo que a vigência da Resolução CNJ 274/2018 demanda a revisão do entendimento firmado pelo Conselho Nacional de Justiça acerca do pagamento de ajuda de custo para moradia ao magistrado afastado cautelarmente.

O entendimento forjado ao tempo em que o não pagamento da verba era a exceção não se compatibiliza com o novo regramento, o qual evidencia que a ajuda de custo para moradia somente pode ser paga quando o magistrado está fora da lotação original que, certamente, não ocorrerá após a decisão de afastamento no processo administrativo disciplinar.

Ante o exposto e renovando o pedido de vênias à divergência, **acompanho o voto proferido pelo Ilustre Relator, no entanto, por fundamentação diversa quanto à impossibilidade de pagamento da ajuda de custo para moradia ao magistrado afastado cautelarmente em processo administrativo disciplinar.**

É como voto.

Brasília, data registrada no sistema.

CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM

Conselheira



Assinado eletronicamente por: **ANDRE LUIS GUIMARAES GODINHO**

23/06/2020 14:57:32

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **4024350**



20062314573189500000003639115